

PARECER JURÍDICO Nº 069/2026

EMENTA: LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. LEI Nº 14.133/2021. CONCORRÊNCIA PÚBLICA. SERVIÇOS DE ENGENHARIA. FASE PREPARATÓRIA REGULARMENTE INSTRUÍDA. ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR. TERMO DE REFERÊNCIA. GESTÃO DE RISCOS. PESQUISA DE PREÇOS. AMPLA COMPETITIVIDADE. CRITÉRIO DE JULGAMENTO POR MENOR PREÇO GLOBAL. MINUTA DE EDITAL E CONTRATO EM CONFORMIDADE LEGAL. POSSIBILIDADE JURÍDICA DE DEFLAGRAÇÃO DO CERTAME. PARECER OPINATIVO.

1. RELATÓRIO

Trata-se de consulta formulada pelo Setor de Licitações da Secretaria Municipal da Fazenda – SEFAZ, por meio do **Memorando nº 039/2026**, na qual solicita parecer jurídico quanto a análise de **abertura de processo licitatório nº 002/2026, na modalidade de Concorrência Pública, com critério de julgamento por menor preço global.**

Carreado ao requerimento inicial, encontram-se o Ofício da Secretaria requisitante e declaração de conformidade, a minuta de Edital, Memorial Descritivo, Estudo Técnico Preliminar (ETP), Relatório Fotográfico, Planilha orçamentária, Cronograma físico-financeiro, Composição de BDI, bem como anexos de legislações aplicáveis à temática.

O objeto do certame licitatório trata-se contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para obra de reforma na área externa da Escola Técnica Joana D'arc no Bairro Vila Tereza, no município de Cataguases-MG. O valor global estimado é de R\$66.197,33 (sessenta e seis mil, cento e noventa e sete reais e trinta e três centavos).

É o sucinto relatório. Passo à análise.

2. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

À guisa de introdução, preleciona a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 37, XXI, que impõe aos órgãos públicos, em razão de sua incumbência de bem gerenciar o erário, que realizem licitações para contratações de obras, aquisições, prestações de serviços e alienações a particulares, *in verbis*:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...) XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Da interpretação da Lei nº 14.133/2021, infere-se que o procedimento licitatório visa garantir não apenas a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, mas sim, visa assegurar o princípio constitucional da isonomia entre os potenciais prestadores do serviço ou fornecedores do objeto pretendido.

De acordo com o artigo 17 da nova legislação, o processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência: (I) preparatória; (II) de divulgação do edital de licitação; (III) de apresentação de propostas e lances, quando for o caso; (IV) de julgamento; (V) de habilitação; (VI) recursal; (VII) de homologação.

Para o devido controle prévio da legalidade, define o artigo 18 da Lei nº 14.133/2021 todos os elementos que devem ser compreendidos nos autos do processo de contratação pública, que assim dispõe:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na

contratação, compreendidos:

I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;

II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;

III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;

IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;

V - a elaboração do edital de licitação;

VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;

VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei.

Compulsando a documentação anexada, os procedimentos iniciais para abertura de procedimento licitatório foram corretamente observados. A escolha da modalidade Concorrência Pública revela-se adequada à natureza do objeto, consistente em serviços de engenharia, observando-se os parâmetros da Lei nº 14.133/2021.

Além disso, o critério de julgamento por menor preço global mostra-se juridicamente apropriado, por evitar o fracionamento indevido do objeto e garantir maior controle da execução contratual, desde que respeitadas as especificações técnicas e os padrões de qualidade previamente definidos e, ainda, por não representar risco à competitividade e qualidade da execução.

Nos termos apresentados na justificativa de contratação e no Estudo Técnico Preliminar, resta evidente que a contratação pretendida visa à realização de obra de reforma na área externa da Escola Técnica Joana D'arc no Bairro Vila Tereza, neste Município, com o objetivo de garantir condições adequadas de uso, segurança, acessibilidade e preservação do patrimônio público, atendendo ao interesse público e às finalidades institucionais da Administração.

O Memorial Descritivo descreve, de forma clara e objetiva, o objeto da contratação, especificando os serviços a serem executados, os padrões de qualidade exigidos, os materiais a serem utilizados e as condições de execução da obra. Tais elementos são essenciais para a adequada definição do objeto e para a elaboração do futuro edital, em consonância com o artigo 6º, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021, evitando restrições indevidas à competitividade e garantindo isonomia entre os licitantes.

Observa-se que o planejamento da contratação contempla a identificação de riscos inerentes à execução do objeto, tais como atrasos, inexecução parcial ou total, falhas técnicas e impactos financeiros.

A mitigação desses riscos se dá por meio da adequada definição do objeto, do cronograma físico-financeiro, das cláusulas contratuais de sanção, da fiscalização contratual e da previsão de mecanismos legais de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, evidenciando atuação administrativa alinhada às boas práticas de governança pública.

Consta dos autos pesquisa de preços realizada por meio de banco de preços, utilizada para formação da estimativa orçamentária, em consonância com o artigo 23 da Lei nº 14.133/2021.

Pontua-se que a definição da estimativa orçamentária se insere no âmbito da discricionariedade técnica da Administração, desde que observados os parâmetros legais aplicáveis, não cabendo ao parecer jurídico substituir-se à análise técnica quanto à suficiência ou adequação dos valores apurados.

Seguindo a análise, afere-se que os itens da minuta do Edital estão definidos de forma clara e com a devida observância do determinado no artigo 25 da mesma lei. Ressalta-se a obrigatoriedade de divulgação do edital e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, bem como nos demais meios legais, conforme artigos 54 e 94 da Lei nº 14.133/2021, sendo a publicidade uma condição de eficácia do certame.

A minuta do Contrato contempla as cláusulas essenciais previstas no artigo 92 da Lei nº 14.133/2021, disciplinando direitos e obrigações das partes, regime de execução, sanções, hipóteses de extinção e modelo de gestão contratual.

Desta forma, é possível aferir claramente que o processo licitatório atende as exigências mínimas legais, ficando evidenciada a solução mais adequada para atendimento da necessidade pública.

Cumprir destacar que o exame dos presentes autos restringe-se aos aspectos jurídicos, excluídos aqueles de natureza técnica. Em relação a estes, presume-se que a autoridade competente se municiou dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação ao interesse público, tendo observado todos os requisitos legalmente impostos.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ex positis, ao abrigo de tais razões, **OPINO** pela possibilidade jurídica de abertura do processo licitatório, desde que cumpridos os pontos recomendados acima.

A decisão final quanto à deflagração do certame compete exclusivamente à autoridade administrativa competente, que deverá motivá-la expressamente, assumindo a responsabilidade administrativa pela contratação, nos termos da legislação vigente.

Registre-se, para fins de responsabilização, que as informações técnicas, quantitativas, orçamentárias e de engenharia constantes dos autos são de inteira responsabilidade da área técnica demandante, limitando-se o presente parecer à análise da legalidade formal e jurídica do procedimento.

Por derradeiro, cabe destacar que a manifestação aqui apresentada é de natureza opinativa e, portanto, não é vinculante para os gestores públicos, os quais poderão, de forma justificada, adotar orientação contrária ou diversa da ora exposta.

S.M.J., é o parecer desta Procuradoria.

Cataguases/MG, 04 (quatro) de janeiro de 2026.

MARIA OLÍVIA MATTOS CALAIS
Procuradora Jurídica do Município
OAB/MG 194.377